

# Retrato de Lisboa

## Educação

Infografia 04  
2018

Mais informação em: [observatorio-lisboa.eapn.pt](http://observatorio-lisboa.eapn.pt)



### A educação

A promoção de mais e melhor educação é considerada como um aspecto central para o adequado desenvolvimento humano e, como tal, estrutural no desenvolvimento de uma sociedade mais justa e coesa. Este reconhecimento, em Portugal, é impulsionado após a instauração da democracia, sendo o direito à educação consagrado, em 1976, na Constituição da República Portuguesa, em vários artigos do Capítulo III, referindo a importância da educação no contributo para a *“igualdade de oportunidades, a superação das desigualdades económicas, sociais e culturais, o desenvolvimento da personalidade e do espírito de tolerância, de compreensão mútua, de solidariedade e de responsabilidade, para o progresso social e para a participação democrática na vida coletiva.”*<sup>1</sup> Este aspecto é reforçado no artigo seguinte quando menciona o seu carácter universal, reflectindo a importância e a relação que esta dimensão tem na promoção de uma maior coesão social e, inevitavelmente, na redução dos índices de pobreza. Sendo certo que as situações de pobreza não podem ser explicadas apenas por uma causa, é também seguro que, como diversos estudos demonstram, existe uma forte relação entre a pobreza e o nível de instrução, sendo a sua incidência tendencialmente maior nas pessoas menos qualificadas e escolarizadas.

Em 1986, e dando corpo ao direito constitucional, a Lei de Bases do Sistema Educativo, estabelece o quadro normativo para as políticas da educação e do sistema educativo, entendendo-o enquanto *“o conjunto de meios pelo qual se concretiza o direito à educação, que se exprime pela garantia de uma permanente acção formativa orientada para favorecer o desenvolvimento global da personalidade, o progresso social e a democratização da sociedade.”*<sup>2</sup>.

Esta Lei de Bases teve algumas actualizações ao longo dos anos, sendo as últimas datadas de 2009 e 2015, prevendo o alargamento da escolaridade obrigatória para 12 anos<sup>3</sup> e a consagração da universalidade da educação Pré-Escolar para as crianças a partir dos 4 anos de idade.<sup>4</sup>

A entrada de Portugal na União Europeia também veio impulsionar a adopção de um conjunto de estratégias com impacto na melhoria dos indicadores de educação dos portugueses, visível nas diversas políticas adoptadas referentes, por exemplo, ao alargamento do número de anos de escolaridade obrigatória, à sua universalização e obrigatoriedade, reflectindo-se na significativa diminuição do analfabetismo, do abandono escolar e pelo aumento do nível de habilitações académicas da população portuguesa.

<sup>1</sup> Artigo 73.º <https://www.parlamento.pt/Legislacao/Paginas/ConstituicaoRepublicaPortuguesa.aspx>.

<sup>2</sup> Lei n.º 46/86, de 14 de outubro

<sup>3</sup> Lei n.º 85/2009, de 27 de agosto

<sup>4</sup> Lei n.º 65/2015, de 3 de julho

# Retrato de Lisboa

## Educação

Infografia 04  
2018

Mais informação em: [observatorio-lisboa.eapn.pt](http://observatorio-lisboa.eapn.pt)



A adopção de políticas estratégicas na área da educação impulsionada, quer pelas várias directivas europeias, ao estabelecer metas com vista à uniformização dos índices de desenvolvimento dos países pertencentes à União Europeia, sendo a mais recente orientação a Estratégia Europa 2020, quer por políticas nacionais, tiveram impacto evidente na realidade nacional e, inevitavelmente, na cidade de Lisboa.

| 2

# Retrato de Lisboa

## Educação

Infografia 04  
2018

Mais informação em: [observatorio-lisboa.eapn.pt](http://observatorio-lisboa.eapn.pt)

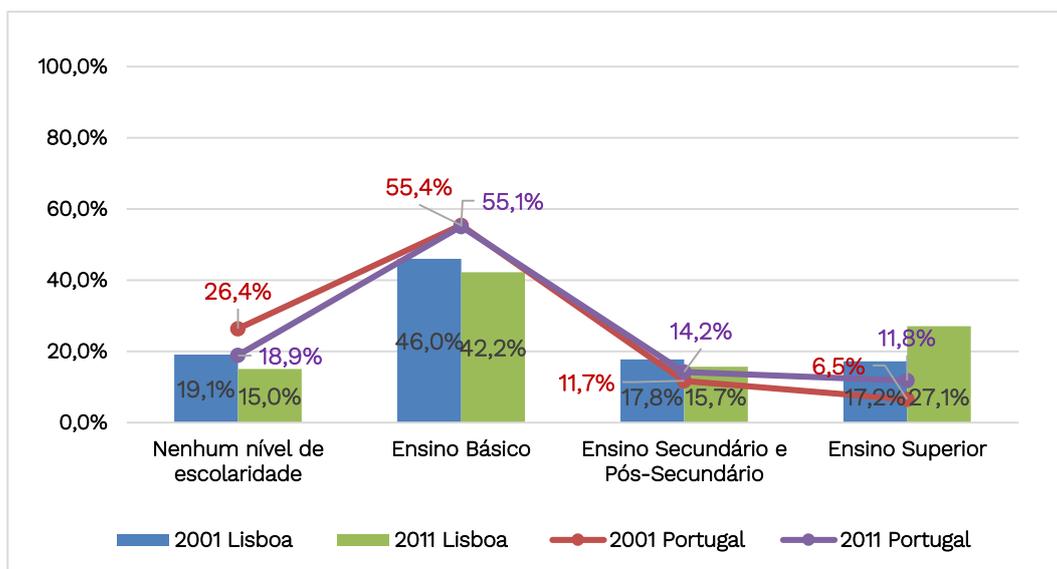


### A escolaridade dos lisboetas no século XXI

Sob o impulso da instauração da democracia é notável o caminho percorrido nas últimas décadas no que se refere à escolarização da população portuguesa, com incidência notória no concelho de Lisboa, registando os dois territórios uma melhoria significativa, visível na evolução dos níveis de qualificação da população.

13

**Evolução da escolaridade da população de Portugal e de Lisboa, 2001-2011, %**



Fonte: INE, Recenseamento da população e habitação, Censos 2001 e 2011; Cálculos OLCPL

Deste modo, e antes de dar início à análise do indicador referente à população residente por nível de escolaridade mais elevado completo, tem que se ter em conta que a contabilização efectuada incluiu aqueles que ainda não têm idade para estar e/ou concluir qualquer nível de ensino, estando este aspecto

# Retrato de Lisboa

## Educação

Infografia 04  
2018

Mais informação em: [observatorio-lisboa.eapn.pt](http://observatorio-lisboa.eapn.pt)



demográfico a influenciar o resultado da variável sem nenhum nível de escolaridade<sup>5</sup>. Deste modo, a leitura deste indicador centrar-se-á sobretudo nas qualificações que o Sistema Educativo Português considera que atribuem um grau de ensino, nomeadamente, Ensino Básico (1º, 2º e 3º ciclo), Secundário e Superior. Assim, verifica-se que em dez anos, em Portugal, existe um aumento da população que concluiu o Ensino Secundário e o Ensino Superior, respectivamente, 3 p.p e 5 p.p., face a 2001, correspondendo em termos percentuais a 14,2% e 11,8% das pessoas residentes, tendo o grau Ensino Básico mantido um valor aproximado, 55,1%. | 4

Apesar desta melhoria a nível nacional, a comparação dos dados com os do concelho de Lisboa demonstra que a tendência sendo a mesma, o cenário em Lisboa é mais positivo face à generalidade do país, reflectindo uma população mais qualificada a residir na capital, sendo a distribuição da população na altura da aplicação do inquérito censitário, em 2011, maior no Ensino Básico, 42,2%, seguindo-se do Ensino Superior, com 27,1%, e, por último, o Ensino Secundário e Pós-Secundário, com 15,7%.

Em dez anos, a descida do número de pessoas cujo grau de ensino mais elevado se concentrava nos níveis de Ensino Básico e Secundário, pode ter-se reflectido no aumento de cerca de dez pontos percentuais que, numa década, o Ensino Superior registou em Lisboa, 15 p.p. acima do valor nacional.

---

<sup>5</sup> em 2001 o nenhum nível de escolaridade teve em conta a variável “não sabe ler nem escrever e “sabe ler e escrever sem possuir qualquer grau

# Retrato de Lisboa

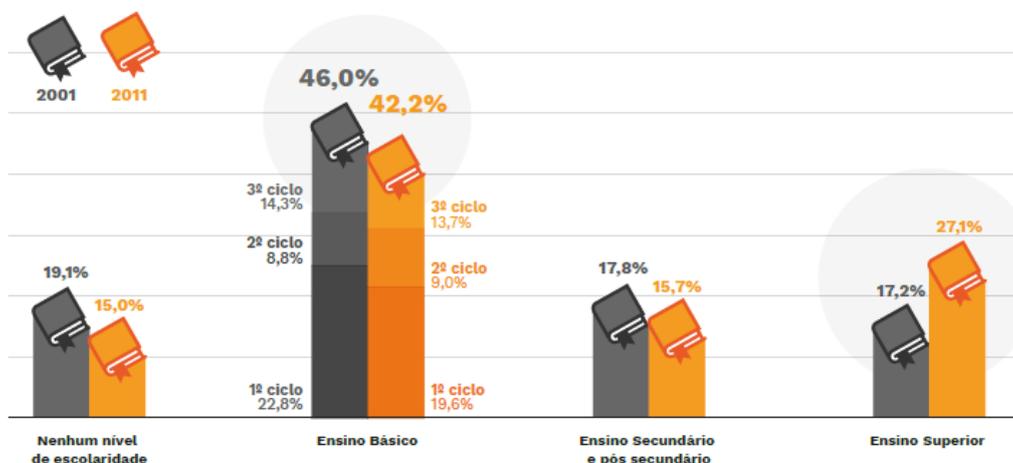
## Educação

Infografia 04  
2018

Mais informação em: [observatorio-lisboa.eapn.pt](http://observatorio-lisboa.eapn.pt)



Evolução da escolaridade dos lisboetas, 2001-2011, % (100%)



| 5

Fonte: INE, Recenseamento da população e habitação, Censos 2001 e 2011; Cálculos OLCPL

Apesar de os residentes em Lisboa serem os mais instruídos face à população total do país, ainda regista, em 2011, um elevado peso de população com baixas qualificações, nomeadamente, ao nível do Ensino Básico, revelando ser uma cidade de contrastes, convivendo com realidades muito díspares.

Se a análise se centrar nos grupos etários, é possível verificar que a população entre os 15 e os 24 anos detém o Ensino Básico, 36,2%, ou o Ensino Secundário, 32,5%, sendo que, dado o escalão etário em análise, muitos deles ainda se encontram integrados no sistema de ensino. A população entre os 25 e os 64 anos regista a maior disparidade ao nível das habilitações, as percentagens mais elevadas concentram-se nos extremos, 41,8% tem um diploma do Ensino Superior, mas 17,3% não foi além do 1º ciclo, finalmente, os maiores de 65 anos são os que registam os menores níveis de habilitações, em 2011, a maioria, 58,0% tinham no máximo o 1º ciclo do Ensino Básico.

# Retrato de Lisboa

## Educação

Infografia 04  
2018

Mais informação em: [observatorio-lisboa.eapn.pt](http://observatorio-lisboa.eapn.pt)



### Principais níveis de escolaridade dos lisboetas por escalões etários, 2011, % (100%)



Fonte: INE, Recenseamento da população e habitação, Censos 2011; Cálculos OLCPL

Uma análise mais aprofundada através do indicador “População acima dos 15 anos por habilitações literárias”, permite constatar que, em 2011, 4% da população residente em Lisboa não possui nenhum nível de escolaridade. Esta realidade incide, sobretudo, nas faixas etárias a partir dos 64 anos, equivalendo no conjunto da população sem qualquer nível de instrução, a 67,2%, um cenário considerado expectável tendo em consideração a falta de políticas educativas de estímulo ao ensino existentes nos anos de ditadura. Contudo, e após as diversas iniciativas desencadeadas nas décadas seguintes, até à actualidade, com vista a uma melhoria da qualificação dos portugueses, continua a existir um grupo de pessoas em idade activa que, em 2011, não possui nenhum nível de habilitação académica, o que repartido pelos diferentes grupos etários, corresponde a 32,8% da população residente em Lisboa.

# Retrato de Lisboa

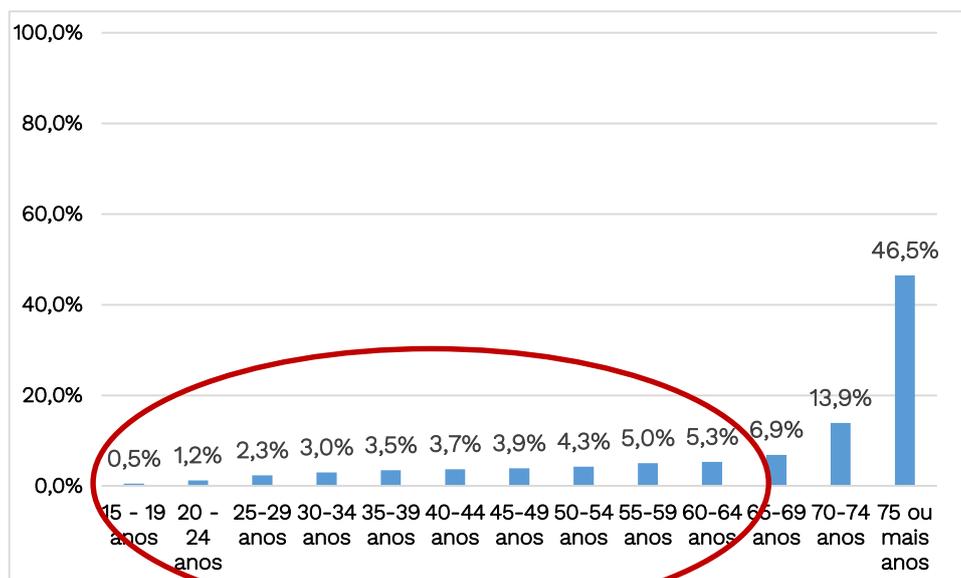
## Educação

Infografia 04  
2018

Mais informação em: [observatorio-lisboa.eapn.pt](http://observatorio-lisboa.eapn.pt)



População residente com 15 e mais anos de idade, sem nenhum nível de escolaridade, Lisboa, 2011 (%)



| 7

A leitura deste indicador por intervalos de idade quinquenais, permite aprofundar e complementar a análise relativamente às habilitações por grupo etário. Deste modo, se o Ensino Superior é, no grupo etário dos 25-44 anos, a escolaridade que prevalece, chegando a corresponder a mais de metade da população entre os 25 e 39 anos, a sua predominância é substituída pelo Ensino Básico nas faixas etárias seguintes, equivalente a 40%, ganhando ainda mais peso consoante avançamos nas idades.

A relevância da presença do Ensino Básico nas habilitações da população a residir em Lisboa é realçada também pela proximidade que este nível de ensino possui em relação ao Ensino Secundário, chegando, na maioria dos grupos etários, a ultrapassá-lo.

# Retrato de Lisboa

## Educação

Infografia 04  
2018

Mais informação em: [observatorio-lisboa.eapn.pt](http://observatorio-lisboa.eapn.pt)



Com exceção do grupo etário 20-24 anos, onde o Ensino Secundário possui uma percentagem mais elevada de pessoas, valor previsível por muitas ainda se encontrarem a concluir a sua licenciatura e, por isso, o grau de ensino mais completo ser o Secundário, este grau só volta a prevalecer face ao Ensino Básico junto das pessoas com idades compreendidas entre os 25 e 29 anos.

| 8

A conclusão que se retira desta análise das habilitações literárias por idade é a assimetria de realidades que Lisboa presencia com a presença, por um lado, de pessoas muito qualificadas e, por outro, de baixas qualificações.

# Retrato de Lisboa

## Educação

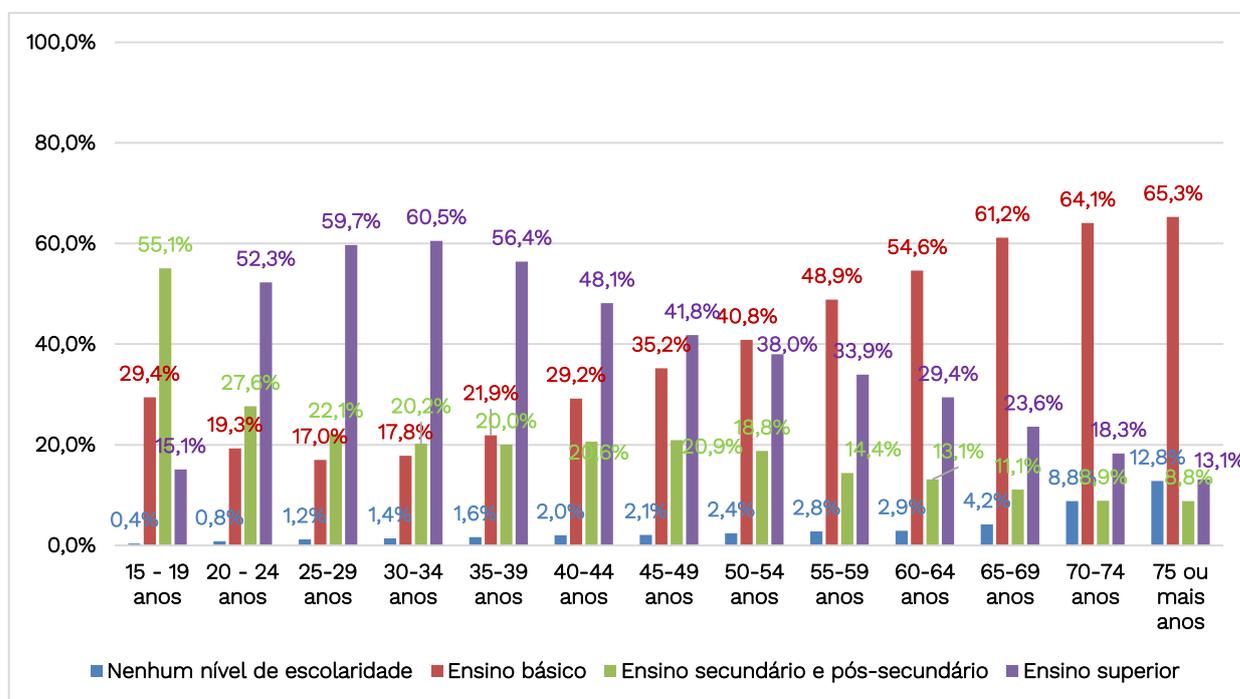
Infografia 04  
2018

Mais informação em: [observatorio-lisboa.eapn.pt](http://observatorio-lisboa.eapn.pt)



População residente com 15 e mais anos de idade, por nível de escolaridade, Lisboa, 2011 (%)

| 9



Fonte: INE, Recenseamento da população e habitação, Censos 2011; Cálculos OLCPL

# Retrato de Lisboa

## Educação

Infografia 04  
2018

Mais informação em: [observatorio-lisboa.eapn.pt](http://observatorio-lisboa.eapn.pt)



### Com a erradicação do analfabetismo, o investimento no alargamento da escolarização e no sucesso escolar

#### *As taxas que reflectem o sucesso escolar*

| 10

Não é apenas através do indicador relativo às habilitações literárias que se tem conhecimento sobre o estado da nação no que se refere à escolarização da população.

Outras variáveis, como a Taxa de Analfabetismo, a Taxa Bruta e Real de Escolarização, a Taxa de Abandono Escolar, a Taxa de Retenção e Desistência e de Transição e Conclusão, permitem aprofundar melhor a leitura e análise e respectivas conclusões.

Como já foi referido anteriormente, Portugal, e Lisboa, em particular, apresentam uma evolução positiva no que respeita aos indicadores acima referidos, sendo o reflexo do investimento em políticas a este nível. Analisando os últimos 20 anos, a Taxa de Analfabetismo em Portugal passou de 11,0%, em 1991, para 3,3%, 2011, tendo em Lisboa diminuído 2,5 p.p., de 5,7% para 3,2%, o que significa que 3 em cada 100 pessoas, em 2011, não sabiam ler nem escrever, centrando-se essa realidade sobretudo nos grupos etários mais avançados da pirâmide etária.

# Retrato de Lisboa

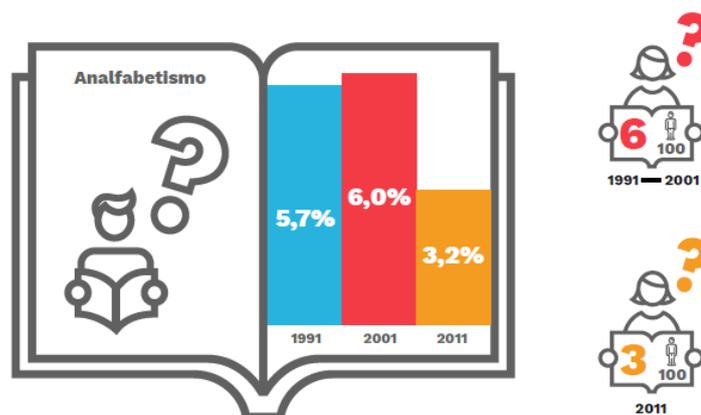
## Educação

Infografia 04  
2018

Mais informação em: [observatorio-lisboa.eapn.pt](http://observatorio-lisboa.eapn.pt)



### Evolução do analfabetismo, Lisboa 1991-2011, %



| 11

Fonte: INE, Recenseamento da população e habitação, Censos 1991 e 2011; Cálculos OLCPL

No que respeita ao abandono escolar, o decréscimo nas últimas décadas é igualmente significativo, tendo passado de 6,2%, em 1991, para 1,8%, em 2011, existindo 2 em cada 100 crianças a residir em Lisboa que abandonou o sistema de ensino sem concluir a escolaridade obrigatória.

Em Portugal, a melhoria neste indicador foi igualmente evidente tendo, em 20 anos, sofrido uma redução de 11 p.p., posicionando-se ligeiramente melhor que a realidade de Lisboa ao totalizar, em 2011, uma Taxa de Abandono Escolar de 1,7%.

# Retrato de Lisboa

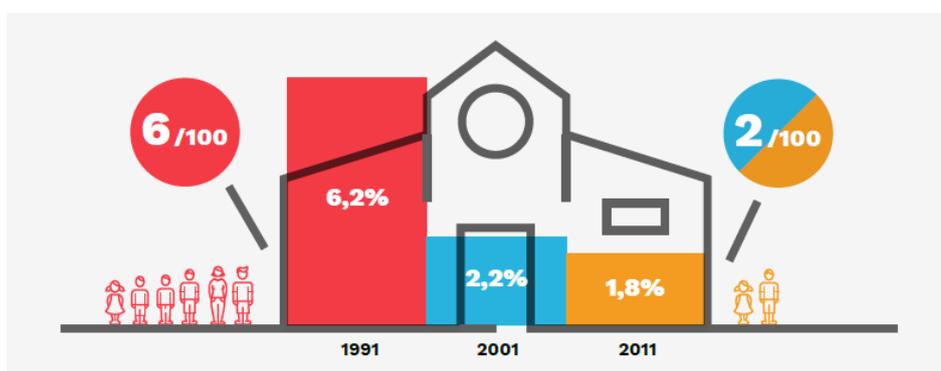
## Educação

Infografia 04  
2018

Mais informação em: [observatorio-lisboa.eapn.pt](http://observatorio-lisboa.eapn.pt)



### Evolução do abandono escolar, 1991-2011, %



Fonte: INE, Recenseamento da população e habitação, Censos 1991 e 2011; Cálculos OLCPL

Quanto ao sucesso escolar, analisando o período lectivo de 10 anos (2005/06-2015/16), o Ensino Básico é o nível de ensino que assinala um melhor comportamento, sendo o 1º ciclo que regista as taxas mais elevadas de transição e conclusão, iniciando e finalizando esta série cronológica com um valor que ronda os 96%. Apesar de ao longo dos anos a Taxa de Transição e Conclusão dos alunos nas escolas de Lisboa neste ciclo ter reduzido ligeiramente, tendo o valor mais baixo sido assinalado nos anos lectivos 2012/1 e 2013/14, apontados como dos mais críticos da crise económica que o país vivenciou, nos anos seguintes este indicador volta a melhorar, atingindo o valor mais elevado, 96,2%, em 2015/6.

À medida que avançamos nos níveis de escolaridade seguintes, o sucesso escolar vai diminuindo. Ainda no Ensino Básico, o 2º e 3º ciclo, e apesar das oscilações positivas e negativas verificadas nos diferentes anos lectivos, os resultados ficam longe dos valores que os alunos que frequentam o 1º ciclo apresentam, alcançando apenas o 2º ciclo os valores de 90% em dois anos lectivos: 2010/11 e 2015/16. O 3º ciclo, sendo aquele que dá sinais de os alunos terem maiores dificuldades de aprendizagem, também é o que indica que houve melhorias mais significativas dentro dos ciclos do

# Retrato de Lisboa

## Educação

Infografia 04  
2018

Mais informação em: [observatorio-lisboa.eapn.pt](http://observatorio-lisboa.eapn.pt)

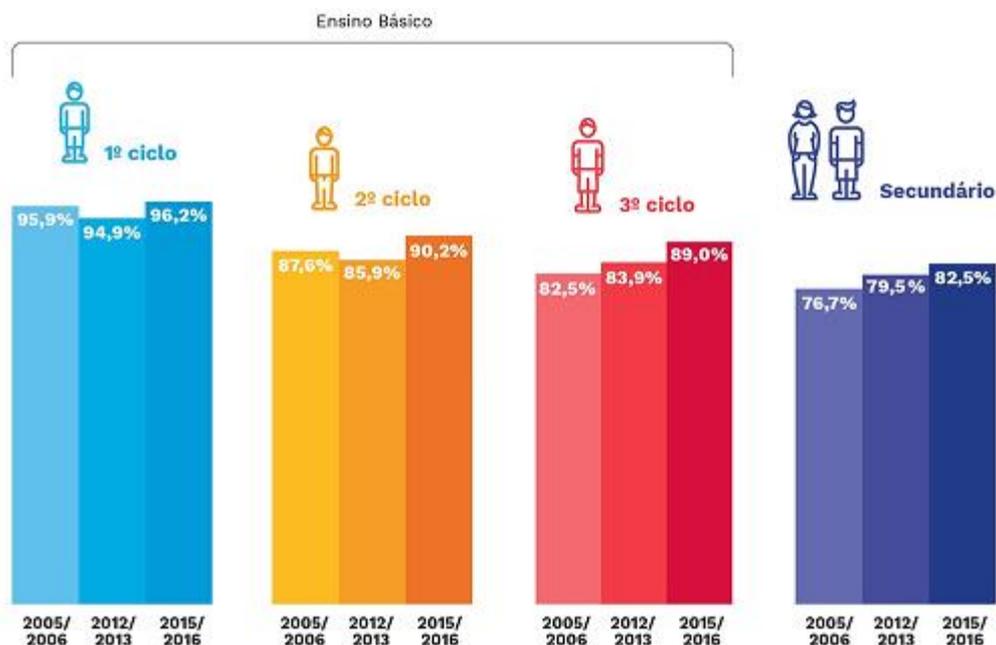


Ensino Básico por um período de dez anos ter registado um aumento de 7 p.p., registando uma Taxa de Transição de 89,0%, em 2015/16.

É no Ensino Secundário, o grau que regista os níveis de transição mais baixos, que se pode assinalar a maior melhoria. Se em 2005/6, a Taxa de Retenção e Desistência correspondia a 28,6% dos alunos, havendo apenas uma Taxa de Sucesso de 71,4%, ao longo do período de dez anos, com excepção de 2009 e 2011, houve sempre aumentos entre os anos lectivos, apresentando uma melhoria de 11 p.p., totalizando, em 2015/16, 82,5% dos alunos que transitam e concluem o Ensino Secundário.

| 13

**Taxa de transição e conclusão por nível de ensino, Lisboa, 2005/06-2012/13-2015/16, % (100%)**



Fonte: Direcção Geral de Estatísticas da Educação e da Ciência, Ministério da Educação e Ciência; Cálculos OLCPL

# Retrato de Lisboa

## Educação

Infografia 04  
2018

Mais informação em: [observatorio-lisboa.eapn.pt](http://observatorio-lisboa.eapn.pt)



A análise dos valores correspondentes à Taxa Bruta e Real de Escolarização<sup>6</sup> permitem complementar a leitura, dando uma indicação do ponto de situação relativamente ao sucesso ou insucesso da escolarização da população ao longo do percurso de ensino, ao permitir averiguar qual a taxa de alunos matriculados independentemente da idade e em idade natural de frequência desse ciclo, respectivamente.

| 14

No que se refere à educação pré-escolar este é um dos indicadores que nos permite averiguar qual o ponto de situação nesta matéria. Sendo considerada como a primeira etapa da educação, encontra-se compreendida na Lei de Bases do Sistema Educativo Português, tendo as suas orientações sido complementadas posteriormente com a Lei-Quadro da Educação Pré-Escolar<sup>7</sup>, a qual reafirma o imperativo de garantir o acesso ao sistema educativo o mais precoce possível, devendo o Estado contribuir activamente para a universalização da oferta educativa.

Sendo este nível de ensino inicial facultativo, os dados da Taxa Bruta e Real de Pré-Escolarização permitem verificar que ao longo dos anos a frequência do pré-escolar em Portugal se tem expandindo a um número maior de crianças totalizando, em 2016/17, 94,5 e 90,8%, respectivamente, estando assim perto de alcançar a meta estabelecida na Estratégia 2020 de pelo menos 95% das crianças entre os quatro anos e a idade de início do ensino primário obrigatório participarem no ensino pré-escolar.

A este respeito, a cidade de Lisboa consegue obter melhores resultados face à realidade do país ao todas as crianças em idade de frequentar este ensino estarem integradas num estabelecimento escolar desde, pelo menos, 2003/04. Tendo em conta que o valor máximo da Taxa Real de Escolarização é 100%, pelo menos cerca de 12% dos alunos inscritos ultrapassaram a idade considerada natural para frequentar este grau de ensino, em 2015/6.

<sup>6</sup> Taxa Bruta de Escolarização: Relação percentual entre o número total de alunos matriculados num determinado ciclo de estudos (independentemente da idade) e a população residente em idade normal de frequência desse ciclo de estudo.

Taxa Real de Escolarização: Relação percentual entre o número de alunos matriculados num determinado ciclo de estudos, em idade normal de frequência desse ciclo, e a população residente dos mesmos níveis etários.

<sup>7</sup> Lei nº 5/97 de 10 de Fevereiro

# Retrato de Lisboa

## Educação

Infografia 04  
2018

Mais informação em: [observatorio-lisboa.eapn.pt](http://observatorio-lisboa.eapn.pt)



Seguindo esse pressuposto, e remetendo agora a observação para o Ensino Básico e Secundário, a análise da Taxa Bruta de Escolarização destes graus de ensino demonstra que, em comparação com a realidade nacional, e ao longo da série cronológica aqui apresentada, há mais alunos inscritos nas escolas de Lisboa fora da faixa etária estabelecida como a mais indicada para frequentar cada um desses ciclos de estudo.<sup>8</sup>

| 15

Apesar de Lisboa ao longo dos anos se ter vindo a aproximar da realidade nacional, as estatísticas revelam que para o Ensino Básico, em 2015/16 e 2016/17, anos para os quais existem dados mais recentes, a diferença correspondia a 36 p.p e 31 p.p, respectivamente, correspondendo, no caso de Lisboa, a 46% (145,5%) e 40% (139,7) de alunos a frequentar os diferentes ciclos do Ensino Básico fora da idade considerada normal.

A não disponibilidade de dados para o concelho de Lisboa da Taxa Bruta de Escolaridade por cada um dos ciclos do Ensino Básico não permite verificar em qual deles se concentra esta realidade, contudo, pela informação dos dados nacionais, onde se centra com maior incidência no 3º ciclo, e através da análise do indicador taxa de transição e conclusão, pode depreender-se que também em Lisboa é o 3º ciclo, no Ensino Básico, aquele com maior foco de alunos fora da idade considerada natural a frequentar esse grau e, como tal, maiores níveis de retenção.

No que diz respeito ao Ensino Secundário, em Lisboa o número de inscritos nos dez anos de análise aumentou consideravelmente chegando a alcançar, em 2015/16, o valor de 281,4%, mais 156,7% que o território nacional, significando que, proporcionalmente, há muitas mais pessoas inscritas neste nível de ensino na cidade de Lisboa do que no resto do país e, por outro, que possui mais alunos inscritos fora das idades consideradas as ideais.

<sup>8</sup> Recorda-se que a idade natural de frequência por ciclo de estudo, corresponde às seguintes faixas etárias: Educação Pré-Escolar 3-5 anos; Ensino Básico – 1.º Ciclo 6-9 anos; Ensino Básico – 2.º Ciclo 10-11 anos; Ensino Básico – 3.º Ciclo 12-14 anos; Ensino Secundário 15-17 anos.

# Retrato de Lisboa

## Educação

Infografia 04  
2018

Mais informação em: [observatorio-lisboa.eapn.pt](http://observatorio-lisboa.eapn.pt)



Esta análise longitudinal indicia, em todos os ciclos de ensino, nos últimos dois anos lectivos aqui apresentados, uma tendência de melhoria das qualificações dos residentes em Lisboa, caminhando para as metas indicadas pela Estratégia Europa 2020.

| 16

### ***A implementação de Territórios Educativos de Intervenção Prioritária enquanto promotores de sucesso escolar***

Estando o sucesso escolar intrinsecamente relacionado com as condições socioeconómicas das famílias foi criado, em 1996, o Programa Territórios Educativos de Intervenção Prioritária (TEIP), direccionado para escolas que se localizam geograficamente em zonas económica e socialmente vulneráveis, com baixos níveis de rendimento e onde as situações de pobreza e exclusão social mais se evidenciam, apresentando tendencialmente, derivado de uma multidimensionalidade de factores, níveis de insucesso escolar mais elevados.

Esta iniciativa governativa considerada de discriminação positiva, existente já há 22 anos, tem a finalidade de através de reforço dos meios, quer técnicos, quer humanos, mas também através de autonomia escolar e relação com o território, criar condições que permitam às crianças e jovens obter sucesso escolar, prevenindo e reduzindo o abandono escolar precoce e o absentismo.

Inicialmente implementado apenas nas Áreas Metropolitanas da região de Lisboa e Porto, veio a generalizar-se ao território nacional.

Encontrando-se actualmente na fase 4, existem na cidade de Lisboa, de acordo com o sítio da Direcção Geral da Educação/TEIP<sup>9</sup>, no ano lectivo 2017/18, 13 agrupamentos de escolas consideradas de intervenção prioritária, dispersas geograficamente por várias freguesias, como é possível verificar pela imagem associada.

<sup>9</sup> <http://programateip.blogspot.com/p/sit.html>

# Retrato de Lisboa

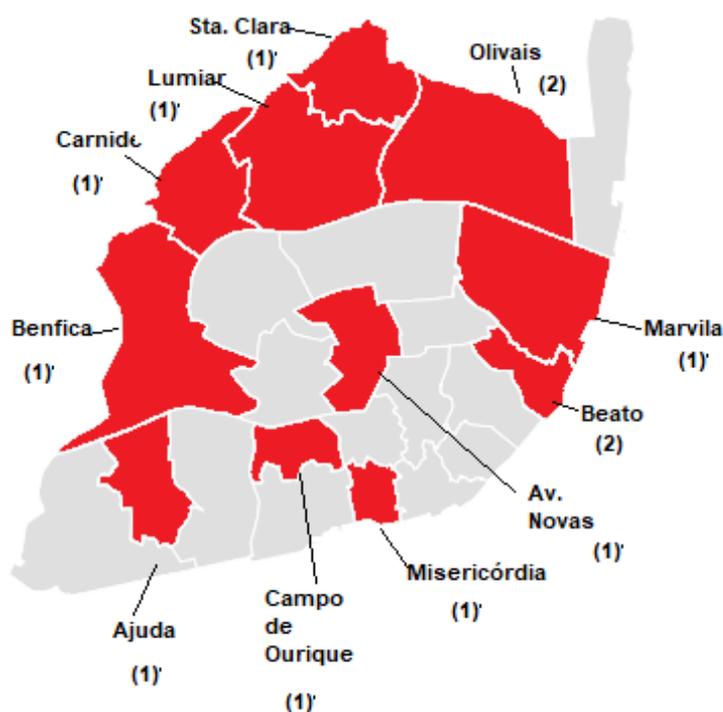
## Educação

Infografia 04  
2018

Mais informação em: [observatorio-lisboa.eapn.pt](http://observatorio-lisboa.eapn.pt)



### Territórios Educativos de Intervenção Prioritária, Lisboa, 2017/18, Nº



| 17

A distribuição geográfica em Lisboa permite constatar que é sobretudo na orla periférica da cidade onde se concentram mais escolas TEIP, estando situadas em zonas socialmente mais frágeis, encontrando-se oito das treze freguesias, Santa Clara, Marvila, Olivais, Lumiar, Benfica, Ajuda, Beato, Carnide, no grupo das dez cuja percentagem de pessoas a beneficiar do Rendimento Social de Inserção é mais elevada na cidade.

Esta constatação leva a que não possamos dissociar o (in)sucesso escolar de outras variáveis, nomeadamente, do aspecto territorial e dos níveis de coesão social existentes, reafirmado a interrelação que a educação tem com outras dimensões e que estas têm com a educação.

# Retrato de Lisboa

## Educação

Infografia 04  
2018

Mais informação em: [observatorio-lisboa.eapn.pt](http://observatorio-lisboa.eapn.pt)



### O sistema de ensino universal e obrigatório: a natureza dos estabelecimentos e o número de alunos

Contrariamente a Portugal, onde os estabelecimentos de ensino relativos a cada um dos graus são maioritariamente de carácter público, em Lisboa, prevalecem em todos os níveis de ensino estabelecimentos privados, com excepção do 3º ciclo do Ensino Básico, onde a oferta pública predomina, sendo no Pré-Escolar e Secundário onde o sector privado assume uma maior relevância.

| 18

### *A importância do sector privado na resposta às necessidades da cidade ao nível do ensino pré-escolar*

No que diz respeito ao Ensino Pré-Escolar, a Constituição da República Portuguesa refere que compete ao Estado “Criar um sistema público e desenvolver o sistema geral de educação pré-escolar”<sup>10</sup>, função corroborada pela Lei Quadro da Educação Pré-Escolar ao mencionar o papel estratégico deste na sua promoção ao ser sua competência “a) Criar uma rede pública de educação pré-escolar, generalizando a oferta dos respectivos serviços de acordo com as necessidades.”, salientando que perante uma oferta insuficiente, o Estado deverá “b) Apoiar a criação de estabelecimentos de educação pré-escolar por outras entidades da sociedade civil.”, nomeadamente, instituições particulares de solidariedade social ou outras instituições sem fins lucrativos que desempenhem actividades nos domínios da educação e do ensino, incluindo igualmente apoio aos estabelecimentos de ensino particular e cooperativo. Contudo, e decorridos 42 e 22 anos, respectivamente, da entrada em vigor destes documentos normativos, o sistema de educação pré-escolar público revela ainda estar longe de responder às necessidades existentes.

Centrando a análise nos anos lectivos referentes ao século XXI, é notória a discrepância de realidade entre Portugal e Lisboa. A nível nacional esta resposta é fornecida pela rede pública acima dos 60% e, em Lisboa, desde 2001/02 e até 2016, o Estado disponibiliza cerca de 1/3 dos equipamentos de Ensino

<sup>10</sup> alínea b), do nº2 do art. 74)

# Retrato de Lisboa

## Educação

Infografia 04  
2018

Mais informação em: [observatorio-lisboa.eapn.pt](http://observatorio-lisboa.eapn.pt)



Pré-Escolar existentes na cidade, correspondendo o valor mais elevado a 35,7% no ano lectivo 2002/03, reflectindo uma clara carência de respostas públicas.

A disparidade de realidades nestes dois territórios torna-se uma vez mais notória quando se analisa a dependência dos estabelecimentos pré-escolares face ao Estado, revelando que em Portugal tal corresponde a um valor superior a 50% e, em Lisboa, ronda os 30%, mais concretamente, 35,1% em 2015/16, reflectindo-se, necessariamente, em maiores encargos financeiros para as famílias a residir em Lisboa.

| 19

O número de equipamentos públicos na cidade de Lisboa encontra-se estável desde 2008/09 até ao presente, oscilando entre os 88 e os 91 estabelecimentos, enquanto que o número de estabelecimentos privados sofreu uma redução de treze estabelecimentos, situando-se nos 185, em 2015/16. Esta realidade reflecte-se no maior número de alunos inscritos em equipamentos de natureza privada. Contudo, o impacto das alterações legislativas que consagra a “universalidade da educação pré-escolar para todas as crianças a partir do ano em que atinjam os 4 anos de idade”<sup>11</sup>, por um lado, e o facto de ter existido uma diminuição de equipamentos privados e aumento ligeiro de públicos, por outro, poderá justificar a subida do número de alunos que se iniciou, em 2006/07, nas escolas públicas, não ultrapassando, no entanto, 1/3 do total de crianças, sendo o valor mais elevado 31,1% no ano lectivo 2014/15.

<sup>11</sup> Lei n.º 65/2015 de 3 de julho.

# Retrato de Lisboa

## Educação

Infografia 04  
2018

Mais informação em: [observatorio-lisboa.eapn.pt](http://observatorio-lisboa.eapn.pt)



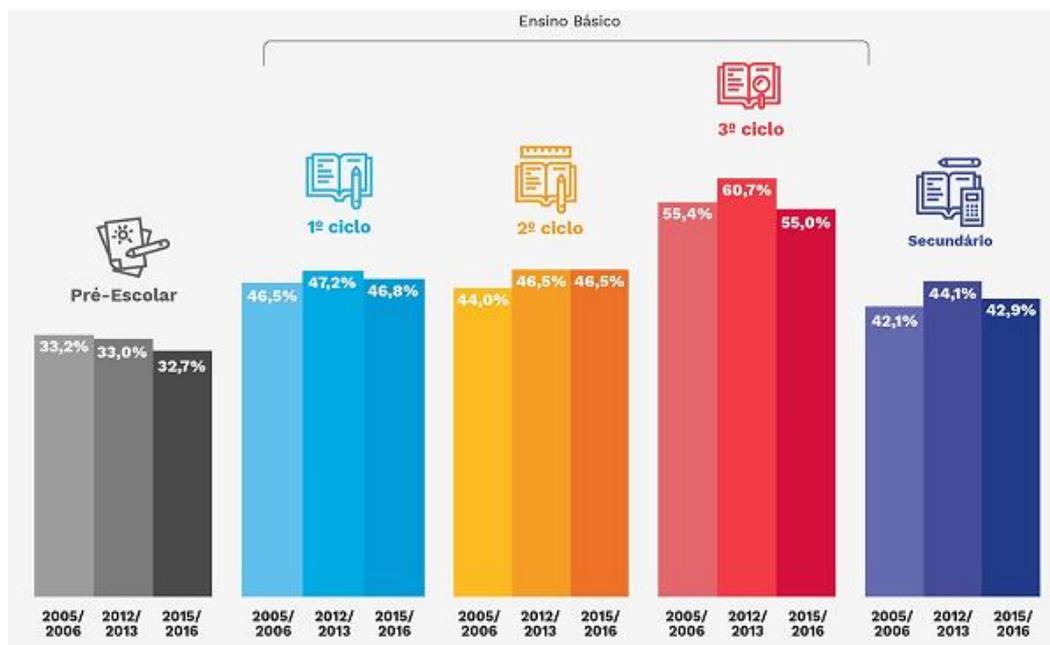
### **Mais oferta de equipamentos privados em Lisboa, no Ensino Básico e Secundário, mas mais alunos inscritos em escolas públicas**

A diferença de realidades entre Portugal e Lisboa entre respostas de ensino públicas e privadas, denota-se, uma vez mais, no que diz respeito às escolas do Ensino Básico e Secundário, prevalecendo na capital, com excepção do 3º ciclo, onde o Estado é o principal detentor de equipamentos de ensino neste nível e sempre superior, no período em análise, a dois terços, a oferta de estabelecimentos privados.

Apesar com percentagens relativamente próximas, no que diz respeito ao Ensino Básico, entre público e privado, prevalecendo este com um peso acima dos 50%, no Ensino Secundário a diferença é maior, tendo as respostas privadas, sobretudo, nos últimos anos, uma predominância perto dos 60%.

| 20

### **Equipamentos de ensino da rede pública por nível, Lisboa, 2005/2006 - 2012/13 - 2015/2016, %**



Fonte: Direcção Geral de Estatísticas da Educação e da Ciência, Ministério da Educação e Ciência; Cálculos OLCPL

# Retrato de Lisboa

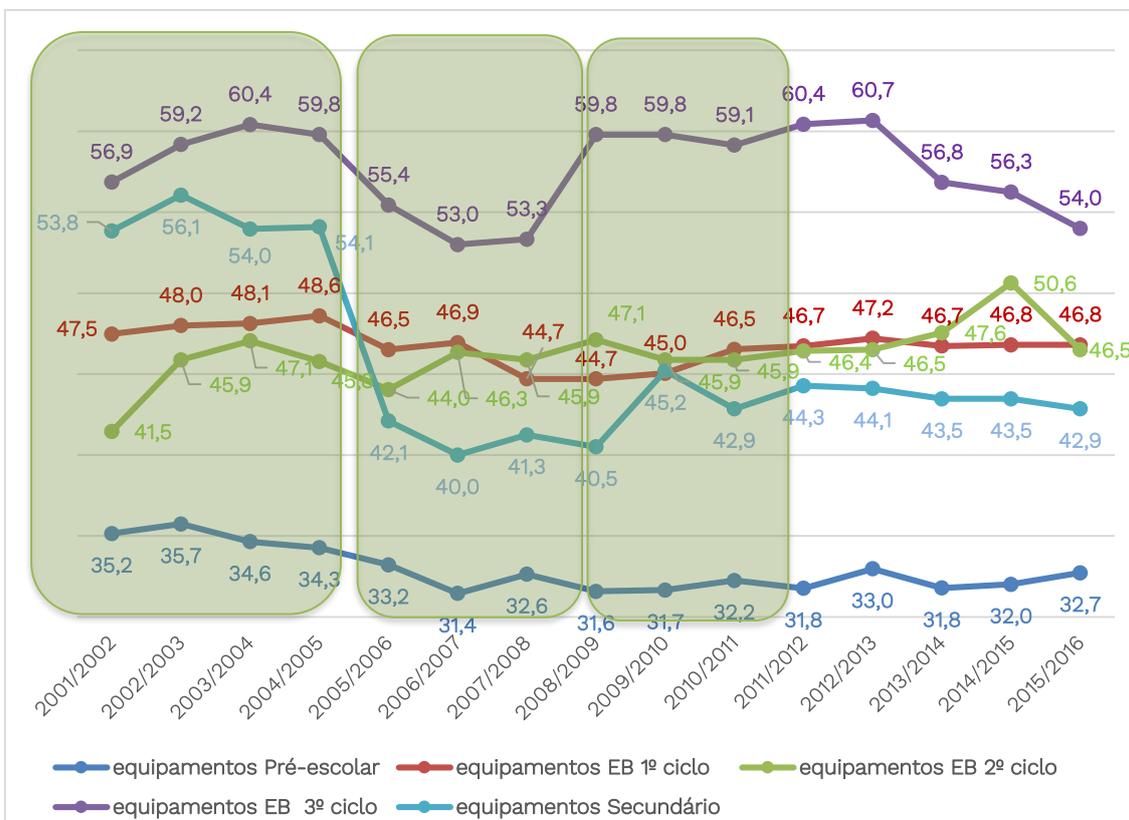
## Educação

Infografia 04  
2018

Mais informação em: [observatorio-lisboa.eapn.pt](http://observatorio-lisboa.eapn.pt)



Equipamentos de ensino da rede pública por nível, Lisboa, 2001/2002 - 2015/2016, % (100%)



Fonte: Direcção Geral de Estatísticas da Educação e da Ciência, Ministério da Educação e Ciência; Cálculos OLCPL

# Retrato de Lisboa

## Educação

Infografia 04  
2018

Mais informação em: [observatorio-lisboa.eapn.pt](http://observatorio-lisboa.eapn.pt)



Enquanto no Ensino Pré-Escolar, em Lisboa, a existência de mais equipamentos privados de ensino corresponde a um maior número de crianças inscritas nesta rede, demonstrando a insuficiência de vagas nas respostas públicas existentes que satisfaçam as necessidades, nos outros ciclos de ensino, tal correspondência não é linear, como se comprova ao analisar os respectivos indicadores.

| 22

Apesar de, desde o início deste século, independentemente do nível de ensino, se terem verificado ligeiras oscilações, positivas e negativas, no número de alunos matriculados na rede pública em Lisboa nos diferentes anos lectivos, podendo estar relacionadas com períodos de maior ou menor expansão económica e respectiva capacidade financeira familiar, a proporção de alunos foi sempre mais significativa, ultrapassando os 65% em todos os anos lectivos desde 2000. A excepção verifica-se no 1º ciclo do Ensino Básico onde, apesar de se continuar a constatar um peso maior de alunos inscritos em escolas públicas, existe um maior equilíbrio proporcional entre público e privado, registando-se, no ano lectivo 2015/16, um peso de 56,3% e 43,7% respectivamente. Mesmo no caso do Ensino Secundário, cuja presença em Lisboa de oferta privada é muito grande, relevando as escolas públicas para um peso, em 2015/16, de 42,9%, o número de alunos matriculados corresponde a 66,2%.

A situação económica do país, reflectindo-se na disponibilidade financeira das famílias, tem certamente uma grande influência na tomada de decisão face à escolha entre colocar um aluno no ensino público e/ou privado. Deste modo, e de uma maneira genérica, entre 2002/03 e 2006/07, verificou-se uma ligeira redução do peso de alunos matriculados na rede pública em Lisboa, tendência que se inverte a partir de 2007/08, coincidindo com o período mais recente de crise económico-financeira mundial com forte impacto em Portugal. A partir de 2013/14, até ao último ano lectivo em análise, 2015/16, com excepção para o Ensino Pré-Escolar, o número de alunos matriculados em equipamentos públicos diminuiu, coincidindo com o início de recuperação económica. Contudo, outros factores, como o maior equilíbrio na oferta de equipamentos de natureza pública e privada, a capacidade instalada no que respeita ao número de vagas existentes que, no caso dos estabelecimentos públicos, tende a ser maior ou, por exemplo, no caso do 1º ciclo, os estabelecimentos de ensino onde as crianças frequentam o pré-escolar também leccionarem este grau de ensino, poderão explicar estes comportamentos.

# Retrato de Lisboa

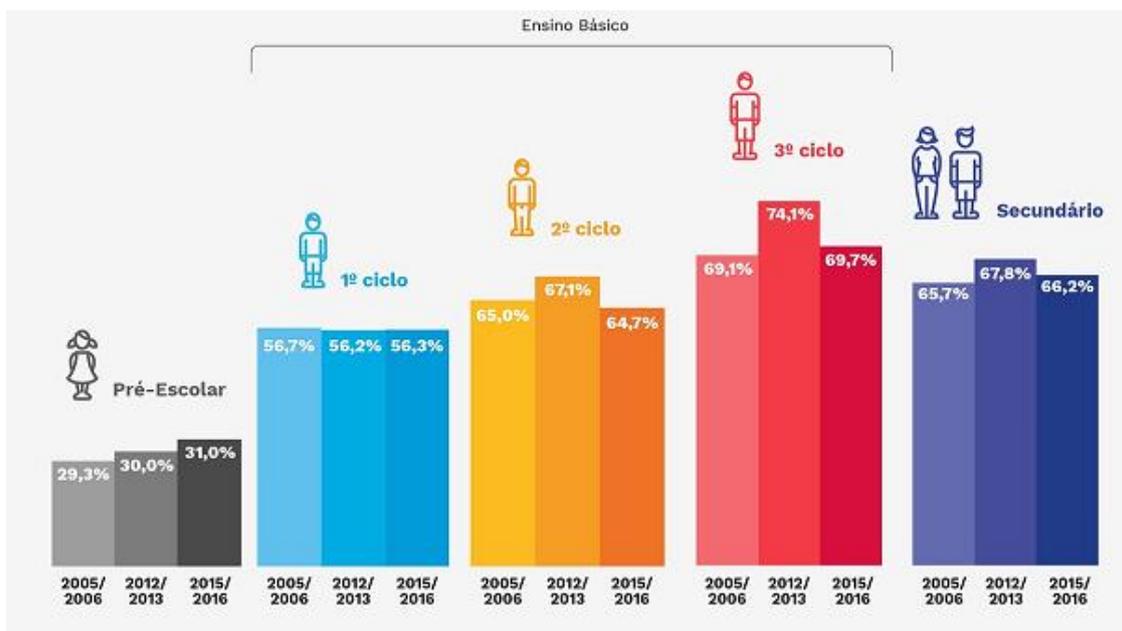
## Educação

Infografia 04  
2018

Mais informação em: [observatorio-lisboa.eapn.pt](http://observatorio-lisboa.eapn.pt)



Alunos matriculados em equipamentos de ensino da rede pública por nível, Lisboa, 2005/2006 - 2012/13 - 2015/2016, %



| 23

Fonte: Direcção Geral de Estatísticas da Educação e da Ciência, Ministério da Educação e Ciência; Cálculos OLCPL

# Retrato de Lisboa

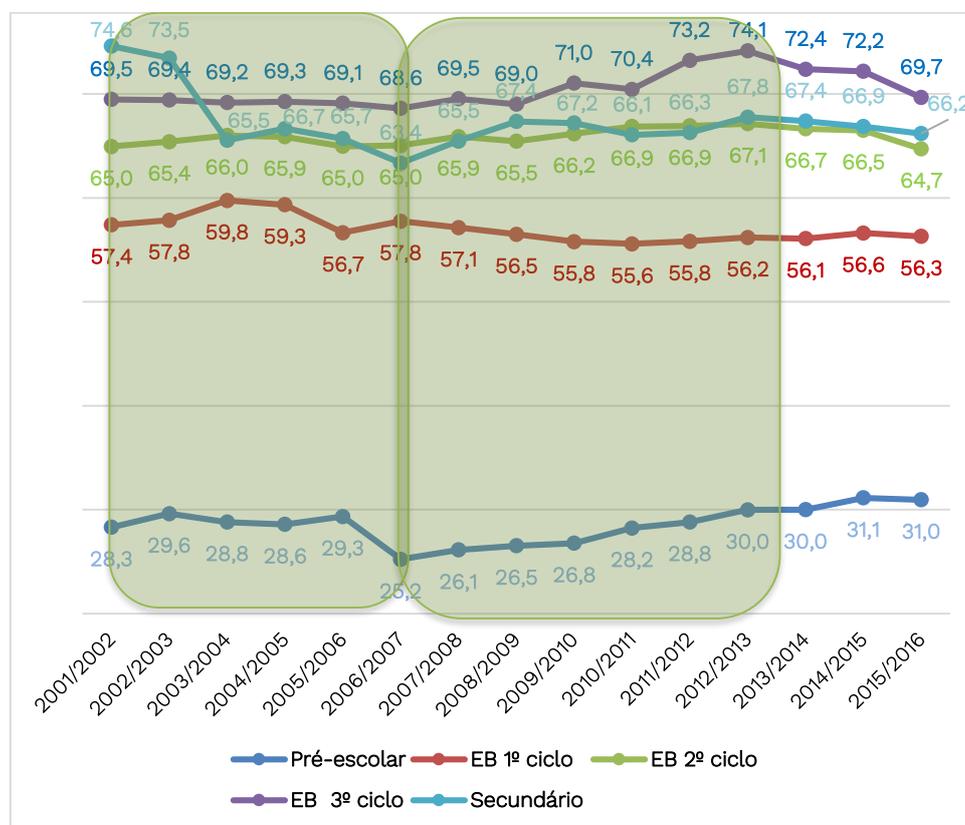
## Educação

Infografia 04  
2018

Mais informação em: [observatorio-lisboa.eapn.pt](http://observatorio-lisboa.eapn.pt)



Alunos matriculados em equipamentos de ensino da rede pública por nível, Lisboa, 2001/2002 - 2015/2016, % (100%)



| 24

Fonte: Direcção Geral de Estatísticas da Educação e da Ciência, Ministério da Educação e Ciência; Cálculos OLCPL

# Retrato de Lisboa

## Educação

Infografia 04  
2018

Mais informação em: [observatorio-lisboa.eapn.pt](http://observatorio-lisboa.eapn.pt)



### Modelos educativos: do ensino regular aos percursos de ensino alternativos

Ao longo das duas décadas deste novo século várias políticas destinadas ao ensino e ao seu sucesso foram sendo implementadas, privilegiando e impulsionando o modelo regular ou um percurso alternativo, com impacto no número de alunos inscritos em cada uma das modalidades.

| 25

De acordo com a Lei de Bases do Sistema Educativo, a organização educativa portuguesa compreende a **educação pré-escolar**, complementar à acção educativa familiar; a **educação escolar**, que integra os Ensinos Básico, Secundário e Superior, designado por ensino regular, e modalidades consideradas especiais que permitem igualmente uma certificação escolar e/ou profissional e que muitas vezes procuram prevenir saídas precoces do sistema de ensino destacando-se, entre elas, o ensino recorrente de adultos, a formação profissional, a educação especial, o ensino à distância e o ensino de português no estrangeiro; e a **educação extra-escolar**, que se integra numa perspectiva de educação permanente e pretende contribuir para uma efectiva igualdade de oportunidades educativas e profissionais daqueles que não frequentaram o sistema regular do ensino ou o abandonaram precocemente, designadamente através da alfabetização e da educação de adultos, mediante acções de reconversão e de aperfeiçoamento profissionais.

Analisando o período entre os anos lectivos de 2004/05 e 2015/16, para a realidade de Lisboa, verifica-se que os alunos do 1º e 2º ciclos do Ensino Básico concentram-se no ensino regular, sendo a opção pelas restantes modalidades de ensino quase inexpressiva, em particular no 1º Ciclo, alcançando na maioria dos anos valores muito próximos dos 100%, sendo no 3º ciclo do Ensino Básico e Secundário que os percursos educativos alternativos vão ganhando mais expressão.

Ao longo da série cronológica aqui analisada, e no que se refere ao 3º ciclo, apesar de o número de alunos no ensino regular continuar a prevalecer, apresentando no ano lectivo 2006/07, 87,4% inscrições, contudo, este domínio começa a esbater-se no ano seguinte, começando outras formas de ensino a destacar-se, sendo o ano lectivo 2008/09 aquele que regista o peso mais baixo de alunos no ensino regular, 62,7%, face aos 37,3% que estão em percursos educativos alternativos. Apesar de uma gradual retoma nos anos seguintes, 10 anos depois, o número de alunos nas escolas do 3º ciclo

# Retrato de Lisboa

## Educação

Infografia 04  
2018

Mais informação em: [observatorio-lisboa.eapn.pt](http://observatorio-lisboa.eapn.pt)

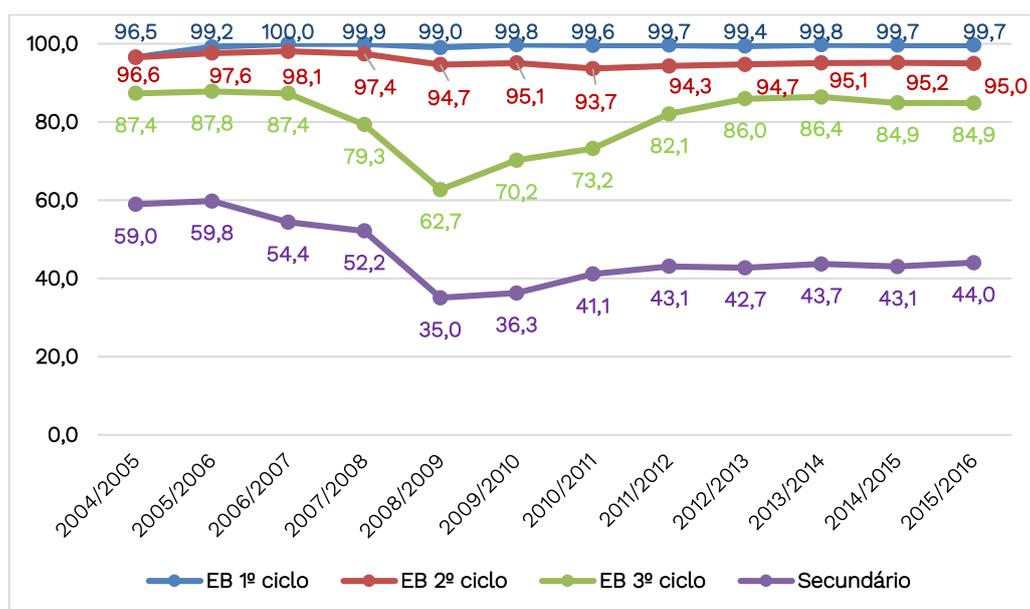


do Ensino Básico de Lisboa encontram-se inscritos predominantemente nas diversas modalidades de educação alternativa.

Avançando no ciclo de ensino, é no Secundário que os alunos cada vez mais optam por outros percursos educativos que não o regular. Se até 2007/08 mais de metade dos alunos do Ensino Secundário estavam no ensino regular, em 2008/09, são pouco mais de um terço, 35,0%, proporção que aumenta gradualmente nos anos seguintes registando, em 2015/16, 44,0%.

| 26

**Alunos matriculados no ensino regular, Lisboa, 2004/05-2015/16, %**



Fonte: Direcção Geral de Estatísticas da Educação e da Ciência, Ministério da Educação e Ciência; Cálculos OLCPL

# Retrato de Lisboa

## Educação

Infografia 04  
2018

Mais informação em: [observatorio-lisboa.eapn.pt](http://observatorio-lisboa.eapn.pt)



Explicar estas oscilações, em particular, no 3º ciclo do Ensino Básico e no Ensino Secundário, implica identificar os percursos alternativos e algumas medidas políticas implementadas neste período.

| 27

São alternativas ao ensino regular outras modalidades, nomeadamente o Ensino Recorrente<sup>12</sup>, Cursos de Educação e Formação de Adultos (EFA)<sup>13</sup>, Cursos de Educação e Formação (CEF)<sup>14</sup>, Formações

12 Ensino Recorrente consiste numa modalidade de educação escolar a que têm acesso todos os indivíduos que ultrapassaram a idade normal de frequência do ensino básico e do ensino secundário. Com organização curricular, metodologias e avaliação específicas, atribui diplomas e certificados equivalentes aos do ensino regular.

13 Os cursos de Educação e Formação de Adultos constitui uma oferta integrada de educação e formação, com dupla certificação escolar e profissional, destinada a adultos, maiores de 18 anos, que não possuam a escolaridade básica de 9 anos, sem qualificação profissional, empregados ou desempregados, inscritos nos Centros de Emprego do IEFP, ou indicados por outras entidades, como empresas, ministérios, sindicatos e outros. Conferem certificação escolar equivalente ao 1.º, 2.º ou 3.º ciclos do ensino básico e certificação profissional de nível 1 ou 2.

14 Os Cursos de Educação e Formação consiste numa Oferta integrada de educação e formação destinada preferencialmente a jovens com idades iguais ou superiores a 15 anos, em risco de abandono escolar ou que já abandonaram o sistema educativo antes da conclusão da escolaridade de 12 anos, bem como àqueles que, após a conclusão de 12 anos de escolaridade, não possuindo uma qualificação profissional, pretendam adquiri-la para ingresso no mercado de trabalho. Confere qualificação de nível 1, 2 ou 3 e certificação de conclusão dos 6.º, 9.º ou 12.º anos de escolaridade, respectivamente.

# Retrato de Lisboa

## Educação

Infografia 04  
2018

Mais informação em: [observatorio-lisboa.eapn.pt](http://observatorio-lisboa.eapn.pt)



Modulares<sup>15</sup>, Sistema Nacional de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências escolares e/ou profissionais adquiridas ao longo da vida, conhecidos como RVCC<sup>16</sup>.

Como já referido, é no ano lectivo 2008/2009 que mais alunos em Lisboa enveredam por estas alternativas educativas, muito direccionadas para quem saiu do sistema de ensino e já em idade adulta quer ver as suas competências certificadas, estando mais de um terço de alunos, 37,3%, no 3º ciclo, e dois terços, 65,0%, no Ensino Secundário, sendo os Cursos de Educação e Formação de Adultos, os Processos RVCC e os Cursos Profissionais que mais fazem aumentar esta proporção de alunos.

| 28

Uma descrição da evolução destes indicadores ao longo da série cronológica aqui apresentada permitirá relacionar o seu comportamento com medidas educativas implementadas.

Deste modo, ao centrar a análise na evolução das escolhas escolares dos alunos entre os anos lectivos 2004/05 e 2015/16, relativamente ao 3º ciclo, percebe-se a diminuição de alunos que integram o ensino recorrente entre 2005/06 e 2007/08, e um significativo aumento do número de adultos inscritos em processos RVCC, 18,0%, em 2008/09, e 10,5%, em Cursos EFA, números que foram decrescendo até atingirem o valor residual de 0,5% e 3,8%, respectivamente, em 2012/13, tendo esta redução afectado também os inscritos nos Cursos CEF.

15 As Formações Modelares destinam-se a indivíduos com idade igual ou superior a 18 anos, que não tenham concluído o Ensino Básico ou Secundário. As formações modulares são capitalizáveis para a obtenção de uma ou mais qualificações constantes do Catálogo Nacional de Qualificações, e permitem a criação de percursos flexíveis de duração variada, caracterizados pela adaptação a diferentes modalidades de formação, públicos-alvo, metodologias, contextos formativos e formas de validação.

16 O Sistema Nacional de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências permite aos adultos com idade igual ou superior a 18 anos reconhecer, validar e certificar os conhecimentos e competências adquiridos ao longo da vida em contextos formais, informais e não-formais. Podem aceder a este processo de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências candidatos que não tenham concluído o 1.º, 2.º ou 3.º ciclo do Ensino Básico ou o Ensino Secundário, ou que não tenham uma dupla certificação de nível não superior.

# Retrato de Lisboa

## Educação

Infografia 04  
2018

Mais informação em: [observatorio-lisboa.eapn.pt](http://observatorio-lisboa.eapn.pt)



No que respeita ao Ensino Secundário, a grande alteração verifica-se, numa crescente aposta e procura dos Cursos Profissionais, com uma subida de 12 p.p., entre 2004/05 e 2015/16, registando 27,5% de alunos do secundário inscritos nestes cursos neste ano, e dos Cursos de Aprendizagem, totalizando 12,2% no mesmo ano. Simultaneamente, neste período registou-se uma diminuição acentuada de alunos no Ensino Recorrente, tendo iniciado a partir de 2008, mantendo essa tendência, e dos Processos RVCC, que apesar de atingirem o seu auge nesse ano, com 20,3% de matriculados, esta opção ficou reduzida, passados sete anos, a um peso de 1,0%.

| 29

A análise sobre a evolução das escolhas escolares dos alunos permite perceber as alterações e prioridades que foram sendo dadas às políticas de educação nas últimas décadas, sendo notório, ao nível do ensino e educação de adultos, as mudanças de paradigma político adoptadas.

O programa Novas Oportunidade, lançado em 2007, tinha a finalidade principal de aumentar os níveis de escolarização da população portuguesa ao permitir, por um lado, aos alunos que frequentassem o Ensino Secundário a aprendizagem de uma profissão, obtendo equivalência ao 12º ano de escolaridade e contribuindo para a redução elevada do número de alunos que desistiam de estudar após terminarem o 3º ciclo do Ensino Básico e, por outro, para aqueles que não tiveram oportunidade de estudar ver as suas competências reconhecidas correspondendo-as a um grau de ensino, Básico ou Secundário. Os processos RVCC tornaram-se a referência mais conhecida deste programa reflectindo-se no aumento exponencial de inscrições nos designados Centros Novas Oportunidades e respectiva certificação de adultos, tendo sido notória esta realidade não só a nível nacional mas, como atrás foi explicitado, na cidade de Lisboa.

A descontinuidade desta política a partir do ano 2011, concretizando-se no encerramento dos Centros Novas Oportunidades, em 2013, tendo sido substituídos posteriormente por Centros para a Qualificação e Ensino Profissional, denota uma clara mudança nas orientações educacionais implementadas, sobretudo, no que diz respeito às alternativas de educação e formação de adultos, com impacto imediato na redução das opções curriculares disponíveis limitando, assim, o acesso ao aumento de qualificações desta população. Tal é evidenciado, por exemplo, na realidade de Lisboa onde as estatísticas relativas ao número de alunos inscritos em Cursos de Educação e Formação de

# Retrato de Lisboa

## Educação

Infografia 04  
2018

Mais informação em: [observatorio-lisboa.eapn.pt](http://observatorio-lisboa.eapn.pt)



Adultos e Processos de Revalidação e Valorização de Conhecimentos e Competências, registaram uma redução drástica deixando, este último, praticamente de existir em 2015/16.

Passados dez anos, em 2017, é desenhado o Programa Qualifica com a intenção de através de uma estratégia integrada de formação e qualificação de adultos contribuir para uma melhoria da qualificação dos portugueses e respectiva empregabilidade ajustada às necessidades do mercado de trabalho.

| 30

É assim dada prioridade às políticas de aprendizagem ao longo da vida através do relançamento dos Cursos de Educação e Formação de Adultos (EFA), que praticamente tinham desaparecido nos últimos anos, atribuindo-lhe uma centralidade no sistema de qualificações, permitindo também o aumento do número de jovens a concluir a escolaridade obrigatória.

Indo ao encontro das metas estabelecidas para Portugal na Estratégia 2020, o Programa Qualifica pretende corrigir o atraso estrutural do país em matéria de escolarização no sentido de uma maior convergência com a realidade europeia, garantindo que 50% da população activa conclua o ensino secundário; alcançar uma taxa de participação de adultos em actividades de aprendizagem ao longo da vida de 15%, alargada para 25% em 2025 e contribuir para que 40% da população entre os 30-34 anos tenha o ensino superior.

Face à aplicação recente deste programa ainda não é possível verificar qual o impacto destas novas orientações, contudo, é expectável que venha a ter reflexos nos números relativos à educação ao longo da vida. Outras novidades implementadas direccionadas para o ensino regular, como o documento “Perfil do aluno à saída da escolaridade obrigatória”<sup>17</sup> que define um referencial comum no que diz respeito ao ensino e aprendizagem dos alunos após completarem os 12 anos de escolaridade obrigatória, e o projecto de autonomia e flexibilização curricular<sup>18</sup>, que permite às escolas fazerem a gestão do currículo de forma flexível e contextualizada, também deverão merecer um acompanhamento de modo a compreender de que forma influenciam os níveis de sucesso escolar.

<sup>17</sup> [https://dge.mec.pt/sites/default/files/Curriculo/Projeto\\_Autonomia\\_e\\_Flexibilidade/perfil\\_dos\\_alunos.pdf](https://dge.mec.pt/sites/default/files/Curriculo/Projeto_Autonomia_e_Flexibilidade/perfil_dos_alunos.pdf)

<sup>18</sup> <http://www.dge.mec.pt/autonomia-e-flexibilidade-curricular>

# Retrato de Lisboa

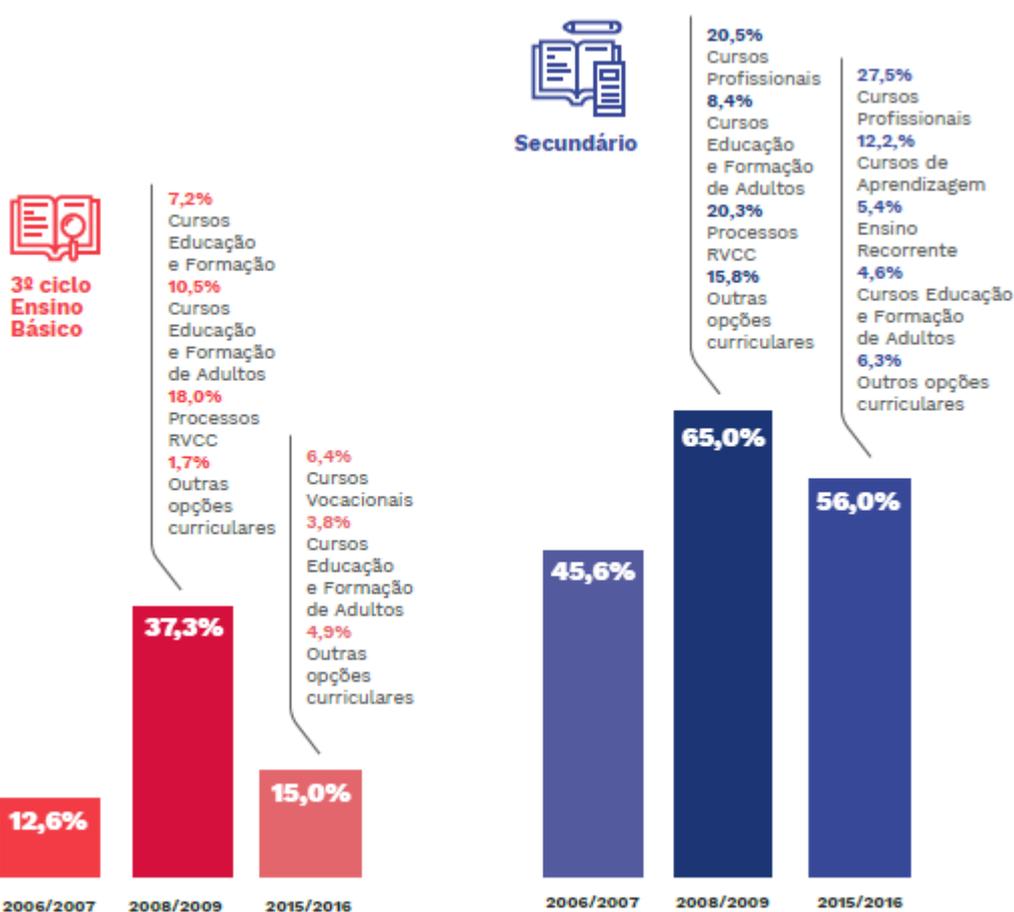
## Educação

Infografia 04  
2018

Mais informação em: [observatorio-lisboa.eapn.pt](http://observatorio-lisboa.eapn.pt)



### Os percursos educativos alternativos ao Ensino regular – 3º ciclo do Ensino Básico e Ensino Secundário, Lisboa, 2006/2007-2008/09 - 2015/16, % (100%)



| 31

Fonte: Direcção Geral de Estatísticas da Educação e da Ciência, Ministério da Educação e Ciência; Cálculos OLCPL

# Retrato de Lisboa

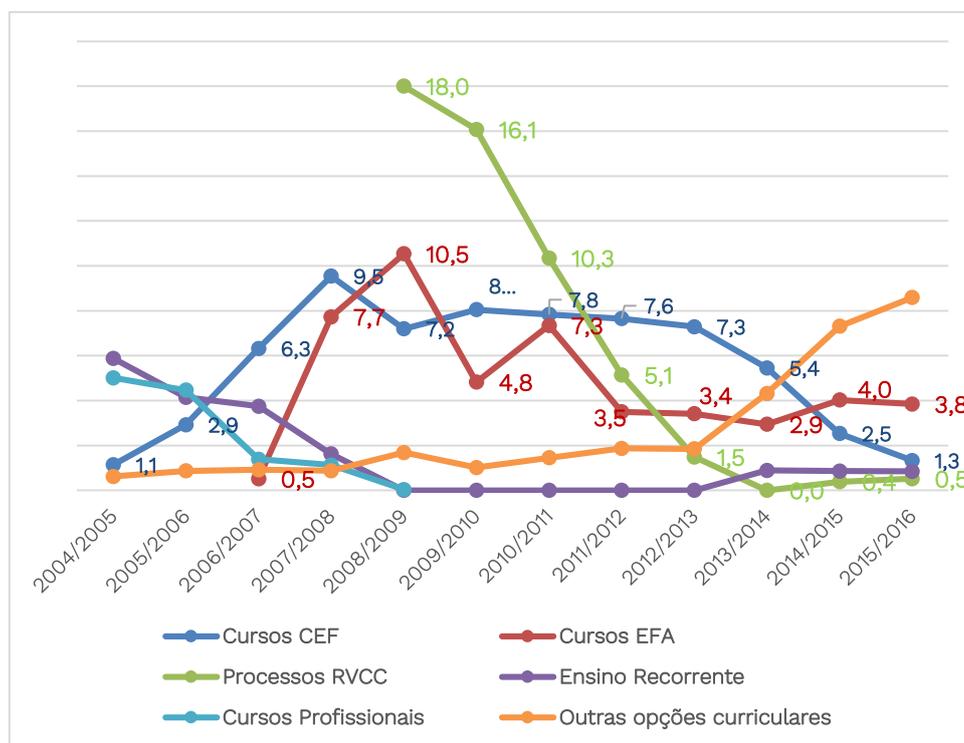
## Educação

Infografia 04  
2018

Mais informação em: [observatorio-lisboa.eapn.pt](http://observatorio-lisboa.eapn.pt)



Percursos alternativos ao ensino regular – 3ª ciclo do Ensino Básico, Lisboa, 2004/2005-2015/16, % (100%)



| 32

Fonte: Direcção Geral de Estatísticas da Educação e da Ciência, Ministério da Educação e Ciência; Cálculos OLCPL

# Retrato de Lisboa

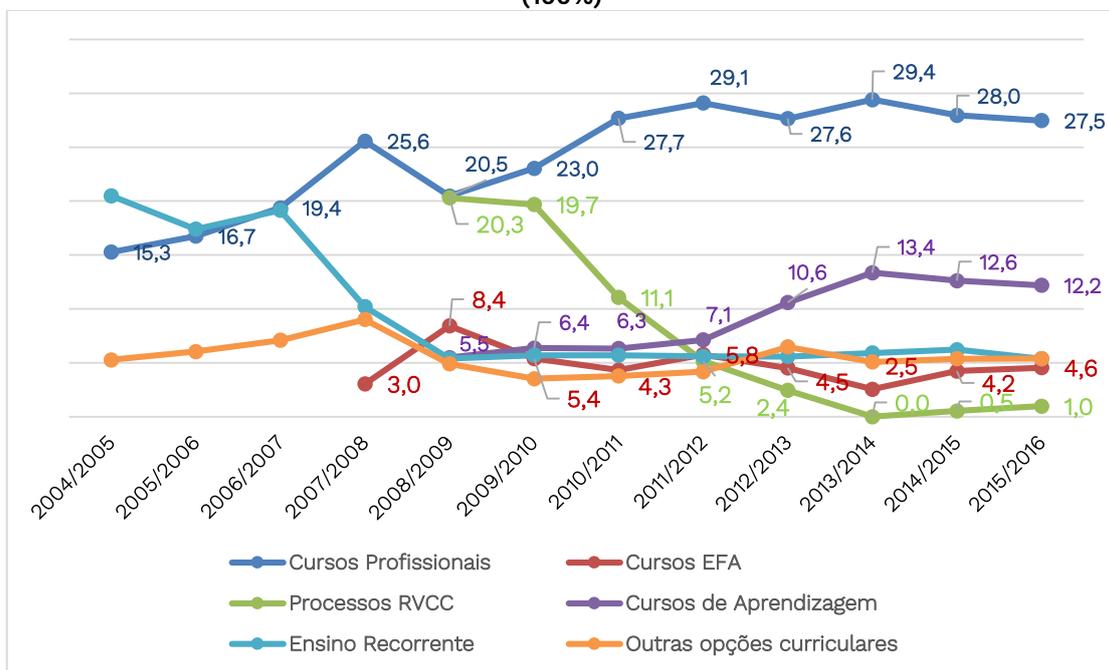
## Educação

Infografia 04  
2018

Mais informação em: [observatorio-lisboa.eapn.pt](http://observatorio-lisboa.eapn.pt)



Percursos alternativos ao ensino regular – Ensino Secundário, Lisboa, 2004/2005-2015/16, % (100%)



| 33

Fonte: Direcção Geral de Estatísticas da Educação e da Ciência, Ministério da Educação e Ciência; Cálculos OLCPL

# Retrato de Lisboa

## Educação

Infografia 04  
2018

Mais informação em: [observatorio-lisboa.eapn.pt](http://observatorio-lisboa.eapn.pt)



### A Acção Social Escolar como garantia de acesso à educação para quase metade dos alunos do ensino pré-escolar e 1º ciclo nas escolas da rede pública de Lisboa

De modo a dar cumprimento ao Direito Constitucional do princípio da universalidade, obrigatoriedade e gratuidade do ensino, o Estado prevê medidas de política social que procuram criar condições económicas às famílias para que todas as crianças possam aceder a este direito. Neste sentido, foi criada a designada Acção Social Escolar (ASE), prevista nos números 1 e 2 do artigo 30º da Lei de Bases do Sistema Educativo os quais referem “1 - São desenvolvidos, no âmbito da educação pré-escolar e da educação escolar, serviços de acção social escolar concretizados através da aplicação de critérios de discriminação positiva que visem a compensação social e educativa dos alunos economicamente mais carenciados. 2 - Os serviços de acção social escolar são traduzidos por um conjunto diversificado de acções, em que avultam a comparticipação em refeições, serviços de cantina, transportes, alojamento, manuais e material escolar, e pela concessão de bolsas de estudo.” Estes propósitos têm em vista contribuir para a igualdade de oportunidades de acesso e êxito escolar de todas crianças e jovens que frequentam a rede de escolas que integram o sistema de oferta público ou particulares e cooperativas em regime de contrato de associação, no decorrer da escolaridade obrigatória, prevenindo o abandono e promovendo o sucesso escolar e educativo a todos, independentemente, das suas condições sociais e económicas.<sup>19</sup>

A corroborar esta necessidade vários estudos científicos vêm comprovar a relação directa entre estrato socioeconómico das famílias e desenvolvimento cognitivo das crianças, associando baixos rendimentos a baixos resultados académicos, revelando-se essencial a intervenção nestas idades precoces de modo a minimizar desigualdades futuras.<sup>20</sup>

<sup>19</sup> Decreto-Lei n.º 55/2009

<sup>20</sup> <https://journals.plos.org/plosone/article?id=10.1371/journal.pone.0080954>;  
<https://www.theguardian.com/inequality/2017/jul/13/neuroscience-inequality-does-poverty-show-up-in-childrens-brains>  
<https://www.pnas.org/content/112/51/15530.full>

# Retrato de Lisboa

## Educação

Infografia 04  
2018

Mais informação em: [observatorio-lisboa.eapn.pt](http://observatorio-lisboa.eapn.pt)



No âmbito da transferência de competências, a ASE do Ensino Pré-Escolar e do Ensino Básico é atribuído pelos municípios<sup>21</sup> no âmbito das suas responsabilidades educativas, sendo por isso, no caso de Lisboa, este a garantir o respectivo apoio às famílias que correspondem aos critérios estabelecidos nos regulamentos, os quais referem que são beneficiários de ASE os alunos pertencentes a agregados familiares que integram os 1.º e 2.º escalões de rendimentos determinados para efeitos de atribuição do Abono de Família.<sup>22</sup>

| 35

Em 2015, o 1º escalão de Abono de Família, correspondente à categoria A da Acção Social Escolar, equivalia a rendimentos iguais ou inferiores a 2.934,54€ anuais líquidos e o 2º escalão, associado à categoria B<sup>23</sup> a rendimentos ano entre 2.934,54€ e 5.869,08€. A partir do ano 2016 e até ao presente verificaram-se reforços nesta política social tendo os rendimentos de referência para os escalões que permitem o acesso à Acção Social Escolar sofrido um ligeiro alargamento, ampliando o espectro de famílias que poderão beneficiar deste apoios.<sup>24</sup> Assim, em 2018, o valor correspondia até 3.002,30€/ano para o 1º escalão e entre 3.002,30€ até 6.004,60€/ano, para o 2º escalão.

Sendo o limiar da pobreza, em 2015, de 5.269€, em 2016, de 5.443€ e o valor provisório para 2017 de 5.610€, constata-se que as famílias elegíveis para receber este apoio se encontram em situação económica muito vulnerável, pretendendo, juntamente com o Abono de Família, a Acção Social Escolar atenuar esta fragilidade e as situações de pobreza ao complementar o rendimento de modo a que possam garantir o acesso à escola e educação das suas crianças.

Em Lisboa a atribuição de ASE para o escalão A e B é efectuada nos mesmo termos, ou seja, são disponibilizados os mesmos apoios no que se refere a material escolar, alimentação, transporte, entre outros, independentemente do escalão a que pertencem.<sup>25</sup>

<sup>21</sup> Decreto-Lei n.º 55/2009 e Decreto -Lei n.º 144/2008

<sup>22</sup> Decreto -Lei n.º 176/2003 (artigos 9.º e 14.º)

<sup>23</sup> O rendimento de referência é calculado pela soma do total de rendimentos de cada elemento do agregado familiar a dividir pelo número de crianças e jovens com direito ao abono de família nesse agregado, acrescido de um. O valor apurado insere-se em escalões de rendimentos estabelecidos com base no indexante dos Apoios Sociais (IAS) (fonte: ISS).

<sup>24</sup> <http://www.seg-social.pt/abono-de-familia-para-criancas-e-jovens>

<sup>25</sup> <http://www.cm-lisboa.pt/viver/educacao/dentro-da-escola/apoios-escolares-refeicoes>

# Retrato de Lisboa

## Educação

Infografia 04  
2018

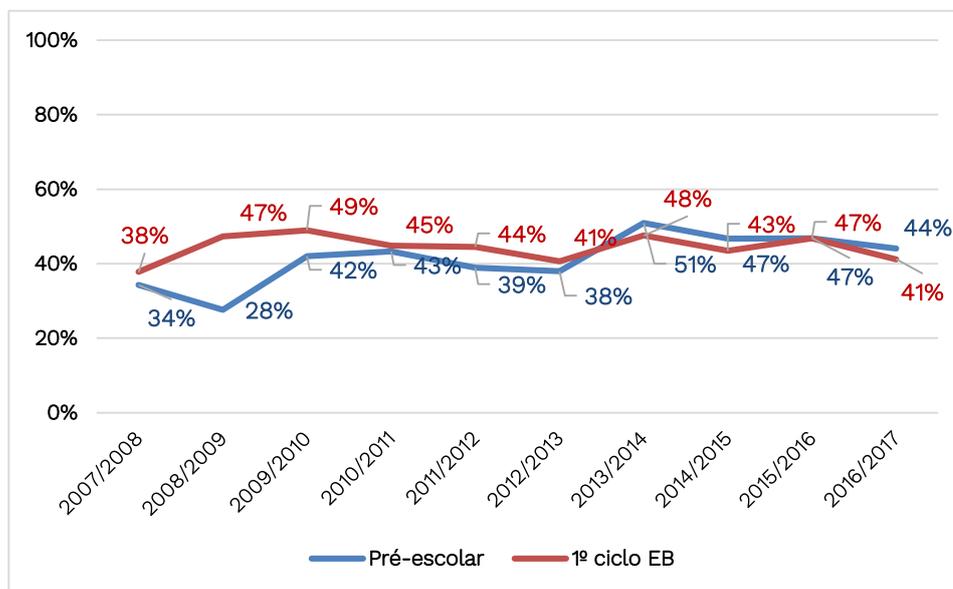
Mais informação em: [observatorio-lisboa.eapn.pt](http://observatorio-lisboa.eapn.pt)



Os dados disponibilizados, no que se refere às escolas da rede pública do Ensino Pré-Escolar e 1º ciclo do Ensino Básico, demonstram que uma proporção elevada de crianças e alunos matriculados são beneficiários de Acção Social Escolar, ascendendo, no ano lectivo 2016/17, para o qual dispomos de dados mais recentes, os 40%. Contudo, ao longo do período analisado, de quase dez anos, existiram vários anos lectivos onde o valor se aproximou muito ou ultrapassou os 50%, revelando a fragilidade financeira das famílias das crianças matriculadas nestas escolas públicas, muito evidente nos anos do período de crise económica vivido mais recentemente.

| 36

### Evolução da proporção de alunos matriculados no 1º ciclo do Ensino Básico na rede pública do concelho de Lisboa e a beneficiar de Acção Social Escolar, escalão A e B<sup>26</sup>, 2007/2008 – 2016/2017, %



Fonte: Câmara Municipal de Lisboa; Cálculos OLCPL

# Retrato de Lisboa

## Educação

Infografia 04  
2018

Mais informação em: [observatorio-lisboa.eapn.pt](http://observatorio-lisboa.eapn.pt)



Tal torna-se evidente quando é feita a seguinte simulação: um agregado familiar composto por dois adultos que auferiam, em 2015, o salário mínimo nacional, 505€, com duas crianças menores de 16 anos, integravam o 2º escalão do Abono de Família e, respectivamente, o escalão B da Acção Social Escolar. Por outro lado, uma família com os mesmos rendimentos, dois adultos a auferirem o salário mínimo nacional, mas com apenas uma criança menor não cumpria as condições de acesso não beneficiando de ASE.

| 37

Aplicando exactamente a mesma simulação para uma composição familiar semelhante, dois adultos e duas crianças menores de 16 anos, cuja declaração de rendimentos, em 2017, foi de 15.596€, equivalente ao salário mínimo nacional mensal de 557€, iriam integrar o 2º escalão do Abono de Família e o escalão B da Acção Social Escolar, sendo que uma família com os mesmos rendimentos, mas com apenas uma criança menor, passa a beneficiar do escalão C, que a partir do ano lectivo 2017/2018 voltou a ter participação, nomeadamente, no apoio à compra de livros.

Esta constatação faz emergir algumas preocupações e questionamentos. Por um lado, a elevada percentagem de alunos do Ensino Pré-Escolar e 1º ciclo do Ensino Básico que frequentam as escolas da rede pública na cidade de Lisboa a beneficiar de Acção Social Escolar reflecte uma população com baixas condições económicas estando muitas famílias abaixo do limiar de pobreza, por outro, a análise dos critérios de elegibilidade permite constatar que os baixos valores limite de rendimento poderão estar a condicionar o seu acesso a um conjunto de pessoas que se encontram, igualmente, com uma situação económica muito frágil.

# Retrato de Lisboa

## Educação

Infografia 04  
2018

Mais informação em: [observatorio-lisboa.eapn.pt](http://observatorio-lisboa.eapn.pt)



Apesar das significativas melhorias e progressos que foram atingidos no que diz respeito à qualificação dos residentes em Lisboa, a urbanidade inerente a uma capital revela que também ao nível da educação, pelas assimetrias educacionais verificadas, existem várias Lisboas dentro de Lisboa, colocando-a numa situação distinta face ao resto do país e com vários desafios para enfrentar.

A contrapor a uma população a residir muito qualificada, ao nível do Ensino Superior posicionando-a melhor face ao país e mais perto de atingir as metas estabelecidas na Estratégia Europa 2020, surge uma percentagem significativa da população em idade activa com baixas qualificações, ao nível do Ensino Básico, sendo no 3º ciclo e Ensino Secundário que os níveis de retenção e desistência se revelam mais elevados e superiores em relação a Portugal.

A este cenário adiciona-se o facto de as respostas para o Ensino Pré-Escolar serem sobretudo de carácter privado, contrariamente ao que se verifica em Portugal, denotando-se uma lacuna do Estado ao providenciar a existência de equipamentos de natureza pública, seja de modo directo, alargando a sua rede de equipamentos, seja indirecto, através de apoio a organizações da sociedade civil.

Tal torna-se mais preocupante quando uma alta percentagem de crianças e alunos do Ensino Pré-Escolar e 1º ciclo do Ensino Básico das escolas da rede pública em Lisboa beneficiam de Acção Social Escolar, demonstrando os baixos rendimentos das suas famílias e respectiva situação de pobreza.

| 38

# Retrato de Lisboa

## Educação

Infografia 04  
2018

Mais informação em: [observatorio-lisboa.eapn.pt](http://observatorio-lisboa.eapn.pt)



Esta análise sobre o estado da educação coloca, assim, várias questões, umas mais específicas sobre a realidade de Lisboa...

- que estratégias preventivas se deverão adoptar para promover o sucesso escolar, sobretudo, junto dos alunos do 3º ciclo e Secundário, onde se concentram as taxas mais elevadas de retenção em Lisboa?
- constatando-se que mais educação equivale a melhores salários e a uma mais fácil integração laboral em caso de situação de desemprego, como Lisboa vai estimular junto da população activa com baixas qualificações os modelos de educação de adultos?
- que benefícios a descentralização de competências na área da educação, passando responsabilidades do Estado central para o local, trará aos vários desafios que a cidade enfrenta em matéria de educação?
- Como a falta de respostas de equipamentos públicos no Ensino Pré-Escolar em Lisboa tem repercussões, por um lado, a nível financeiro das famílias, podendo-as colocar numa situação de maior fragilidade social e, por outro, a nível demográfico, por ser um dos condicionantes para fixar e atrair famílias jovens numa cidade envelhecida e que precisa de rejuvenescer?

... e outras mais genéricas:

- a melhoria dos níveis educacionais será, por si só, responsável por quebrar ciclos geracionais de pobreza funcionando, assim, como elevador social e promovendo a redução de desigualdades?
- de que modo a criação de respostas educativas direccionadas, quer para um território específico, quer para um grupo alvo, contribuem efectivamente para a inclusão e o sucesso escolar ou, ao invés, estão a ser promotoras de segregação social?
- até que ponto a Accção Social Escolar, com os critérios de acesso actuais, responde efectivamente às vulnerabilidades de todas as famílias com menores a cargo, exercendo, assim, o seu papel de política pública inclusiva?